

CDU

PCP-PEV



**PROJETO
DE DESENVOLVIMENTO
PARA A CIDADE DO PORTO**
(Versão integral)



***Dê Força
a quem lhe dá Voz***



I O PORTO QUE NOS DEIXAM, O PORTO POTENCIAL

II EIXOS PARA O DESENVOLVIMENTO

1.

COMBATER A DESERTIFICAÇÃO HUMANA E ECONÓMICA
COMBATER AS ASSIMETRIAS E A POLARIZAÇÃO DA CIDADE
PRESERVAR AS COMUNIDADES LOCAIS E RECUPERAR O CENTRO HISTÓRICO
REPOVOAR A CIDADE E PROMOVER O MERCADO SOCIAL DE ARRENDAMENTO

2.

ACABAR COM A CRISPAÇÃO
TRABALHAR EM CONJUNTO COM AS FORÇAS VIVAS DA CIDADE
ESTABELECE PARCERIAS ESTRATÉGICAS

3.

ROMPER OBSTÁCULOS E MELHORAR A MOBILIDADE
REFORÇAR O TRANSPORTE PÚBLICO

4.

REFORÇAR OS SERVIÇOS PÚBLICOS
REMUNICIPALIZAR
VALORIZAR OS TRABALHADORES MUNICIPAIS

5.

DINAMIZAR A CIDADE
DEVOLVER O USFRUTO DA CIDADE AOS PORTUENSES
AUMENTAR A MANCHA VERDE, CONTRIBUIR PARA UM AMBIENTE SADIO

6.

REFORÇAR A COOPERAÇÃO INTERMUNICIPAL
COM VILA NOVA DE GAIA, MATOSINHOS, MAIA E GONDOMAR
AFIRMAR O PORTO NO CONTEXTO METROPOLITANO, REGIONAL E NACIONAL
AVANÇAR PARA A CRIAÇÃO DAS REGIÕES ADMINISTRATIVAS

**UM PROJETO ASSENTE NO TRABALHO E NA EXPERIÊNCIA, NA PROXIMIDADE E NO DIÁLOGO
PERMANENTE COM A POPULAÇÃO
UM PROJETO QUE DEFENDE E REFORÇA O PODER LOCAL DEMOCRÁTICO
UM PROJETO DE ESQUERDA PARA O PORTO E PARA PORTUGAL**

A candidatura da **CDU tem um projeto de desenvolvimento para a cidade do Porto, uma visão estratégica para a próxima década, assente em eixos e propostas concretas.** Este projeto contempla toda a experiência adquirida pela CDU ao longo dos anos e tem por base o conjunto de propostas que têm vindo a ser apresentadas pelos seus eleitos nas mais diversas áreas.

O PROJETO DE DESENVOLVIMENTO DA CDU PARA A CIDADE DO PORTO:

- Assenta num trabalho permanente e de proximidade com a população, corporizado em centenas de visitas, reuniões com as forças vivas da cidade e nesse instrumento único que é o Gabinete da CDU aberto à população, onde neste mandato foram recebidos mais de 2 mil portuenses. Um trabalho que confere à CDU um profundo conhecimento dos problemas e anseios das pessoas, assim como dos problemas estruturais que afetam o Porto. Esta é a marca que distingue a CDU, que não aparece apenas quando há eleições, cujas propostas se baseiam no conhecimento aprofundado da realidade do dia-a-dia da nossa cidade.
- Tem uma importância fundamental pelo contributo que pode dar na afirmação de uma alternativa política de esquerda para o Porto e para Portugal e para a derrota das políticas de direita a nível local e nacional. O reforço da CDU será fundamental para inverter o modelo de desenvolvimento encetado por Rui Rio e pela coligação PSD/CDS, que as candidaturas locais da troika nacional pretendem continuar, sob pena de algumas tendências se tornarem irreversíveis e perdermos a cidade do Porto tal como a conhecemos.
- Pretende reafirmar o Poder Local Democrático contra os rearranjos do mapa autárquico imposto pelo governo PSD/CDS, contribuir para que o Porto tenha uma Câmara reivindicativa e combativa contra as sistemáticas discriminações governamentais, nos cortes e insuficiências de investimento público ou no encerramento de serviços públicos. Uma Câmara que dê voz ativa ao Porto e à Região onde se insere num contexto de perda de peso político e económico a nível nacional, que seja capaz de recolocar no centro do debate político a criação de regiões administrativas e que se assuma plenamente como centro essencial da vasta comunidade económica e social do Noroeste Peninsular.

Neste trabalho permanente, é com grande apreço que sentimos o apoio de todos aqueles, que no seu dia-a-dia, lutam por uma cidade diferente. Um Porto vivo e dinâmico. Um Porto que tenha como principal eixo de desenvolvimento a sua identidade, as suas gentes, cultura e património cultural e natural. Um Porto de cooperação, verde e de justiça social. Um Porto que reafirme os valores de Abril na construção do seu futuro. Este é o nosso projeto, este é o apelo que fazemos à população da Cidade para mudar o Porto.

I

O PORTO QUE NOS DEIXAM, O PORTO POTENCIAL O PORTO QUE PRECISAMOS E QUEREMOS MUDAR O PORTO, COM CONFIANÇA NUMA VIDA MELHOR

Na última década a cidade do Porto perdeu peso económico e político a nível nacional, acompanhado de uma crescente desertificação humana e económica. Perdeu 7 habitantes por dia, tendo aumentado o peso da população com mais de 65 anos, representando hoje cerca de 1/4 da população do Porto.

O centro histórico acelerou a perda populacional na última década, a um ritmo três vezes superior ao resto da cidade, com o envelhecimento, a saída das segundas gerações para a periferia ou para outros concelhos limítrofes e a desintegração de comunidades locais, por via da política de realojamentos e a falta de condições e de acessibilidades para aí as pessoas continuarem a viver.

Esta desertificação, nomeadamente do centro histórico, põe em causa a identidade da própria cidade, para além de continuar a provocar o desaparecimento de parte significativa do pequeno comércio e dos serviços de proximidade, com consequências negativas na receita fiscal arrecadada e ao nível de emprego. **Nos últimos 4 anos, em cada dia, inscreveram-se 5 novos desempregados nos centros de emprego do Porto.**

O Porto viu também alargar, de forma mais acelerada que o resto do país, a pobreza, a fome e as desigualdades sociais, **sendo um dos municípios com maior percentagem da população a receber o RSI.** No Porto há um fosso crescente entre pobres e ricos, com a “classe média” a sair da cidade por não encontrar soluções habitacionais acessíveis, já que o valor médio das rendas ronda os 7,2 euros/m², incomportável para qualquer casal a receber o salário mínimo e, mesmo, o médio nacional.

Agravaram-se nos últimos anos as carências habitacionais, como consequência do elevado custo da habitação e do agravamento das condições sociais, verificando-se uma crescente reocupação das ilhas habitacionais, onde largos milhares de portuenses continuam a viver em condições indignas. **Aos cerca de mil pedidos de habitação social por ano, junta-se 1/5 da população a viver em bairros sociais,** muitas vezes à mercê de uma política iníqua e sem qualquer esboço de integração social, num contexto em que, durante a gestão PSD/CDS foram demolidos cerca de 1.200 fogos de habitação social municipal e se reduziu em cerca de 15% a oferta de habitação social.

Vincaram-se as assimetrias, entre a cota baixa e a cota alta e entre a zona ocidental e oriental, resultando em grandes áreas abandonadas como o exemplo de Azevedo de Campanhã, encerrada entre a VCI e o IC 29. Retiraram-se muitos espaços e equipamentos públicos do usufruto público para serem concessionados a lógicas de rentabilização privada, nomeadamente da especulação imobiliária; **prevaleceu uma política de direita, do PSD/CDS e muitas vezes viabilizada pelo PS, que tudo tentou concessionar a privados, desde a água ao Rivoli, do estacionamento na via pública ao Palácio do Freixo, da limpeza ao Mercado do Bolhão.**

Foram reduzidos os serviços públicos, quer os que são da responsabilidade do Estado, quer os municipais, com o encerramento de esquadras da PSP, hospitais, serviços de saúde e estações dos correios, a juntar, por exemplo, a concessão a privados dos serviços municipais da limpeza, um negócio danoso para o erário público.

O modelo de reabilitação urbana encetado promoveu o esvaziamento do centro histórico, para servir interesses financeiros e imobiliários dos grandes grupos económicos que operam no Porto. Mais de 29 mil fogos encontram-se devolutos/desocupados, onde crescem os prédios emparedados, com um centro histórico onde cerca de 17% dos edifícios estão devolutos e 4% em ruína. **Um modelo de reabilitação urbana e de desenvolvimento virado para a “monocultura” do Turismo**, das unidades hoteleiras dos parques de diversões, com a criação de habitação apenas acessível aos ricos, nacionais e estrangeiros, que desintegra comunidades locais e expulsa população, nomeadamente do centro histórico e da frente ribeirinha.

Reinou o autoritarismo, num clima de confronto com as forças vivas da cidade, hostilizando-se e ignorando-se o movimento associativo.

Acrescentou-se austeridade à austeridade, com **o orçamento municipal a atingir um dos seus níveis mais baixos**, com a redução do investimento em 17,7 milhões de euros no último mandato. Verificou-se um aumento da carga fiscal e das taxas municipais e o ataque aos trabalhadores municipais, contribuindo para a redução da capacidade de resposta dos serviços públicos municipais, factos ainda mais graves dado o contexto de redução do investimento oriundo do Orçamento de Estado.

Este é o Porto que nos deixa Rui Rio e a coligação PSD/CDS. Este é o Porto da política de direita e de um modelo de desenvolvimento que os restantes candidatos da troika interna, PSD, CDS e PS, pretendem continuar.

Este é o Porto que não queremos. Este é o Porto que queremos mudar.

Não obstante uma atual situação económica e social degradada, particularmente agravada por doze anos de gestão do PSD/CDS, o Porto possui condições únicas para se afirmar no todo nacional e dar um contributo para o desenvolvimento da Área Metropolitana do Porto e da região Norte.

Veja-se o potencial que existe na sua identidade, gentes e história. A variedade e qualidade da gastronomia local e regional. As festas São Joaninas e a riqueza do seu movimento associativo popular de base. A junção do mar e do rio e os espaços verdes existentes na cidade. A riqueza do património cultural e da sua frente ribeirinha classificada património mundial desde 1996, que encerram um enorme potencial também para o desenvolvimento do turismo. A diversidade da sua arquitetura e o prestígio da “Escola do Porto” situam a cidade internacionalmente com Arquitetos de relevo desde Nasoni a Siza Vieira e Souto Moura.

Sublinhe-se a qualidade e diversidade dos seus agentes culturais e das suas entidades de criação nas mais diversas formas de expressão artística, os equipamentos e infraestruturas existentes, como o Teatro Municipal Rivoli, as instituições de referência internacional, como a Casa da Música, o Museu de Serralves ou o Teatro Nacional de S. João, e as potencialidades das instituições existentes de ensino artístico, nomeadamente público.

Destaque-se a Universidade do Porto e o Instituto Politécnico do Porto e a investigação, conhecimento e inovação que potenciam para colocar ao serviço do desenvolvimento estratégico sustentável da Cidade, da Região e do País.

Recorde-se a localização estratégica da cidade do Porto, de entrada na região Norte e da Região Demarcada do Douro, assim como de interligação com a Galiza e com todo o noroeste peninsular, de que é elemento referencial de capital importância. Promova-se estrategicamente a marca Porto e o Vinho do Porto como elementos impulsionadores da cidade nos roteiros internacionais.

Valorize-se a proximidade a equipamentos estratégicos como o Porto de Leixões e o Aeroporto Pedras Rubras e as sinergias que podem ser estabelecidas com os parques industriais da Maia e Gondomar, assinalando-se, de igual forma, os atrasos inaceitáveis na conclusão e colocação em funcionamento das plataformas logísticas.

Não se despreze nem se esqueça o ainda importante património detido pela Câmara Municipal do Porto, que pode servir de alavanca estratégica das políticas económicas, sociais e culturais da cidade.

O Porto tem felizmente um conjunto vastíssimo de condições que lhe permitem poder sair da situação que atravessa e para a qual foi arrastado por anos de imobilismo e de políticas autárquicas e nacionais de direita.

O Porto dispõe de um enorme potencial, que infelizmente não só foi desaproveitado, como nalguns casos foi mesmo desbaratado.

A CDU apresenta aos portuenses uma visão estratégica diferente. **A CDU tem um Projeto e propostas concretas para inverter o atual modelo de desenvolvimento da cidade, que tem conduzido ao seu definhamento.** Um projeto que vai de encontro às necessidades da população e da resolução dos problemas estruturais que o Porto enfrenta. Um projeto de esquerda para uma década, para romper com 38 anos de política de direita que nos tem governado a nível local e nacional. Um projeto que reafirma os valores de Abril na construção do presente e do futuro do Porto. Um projeto que aproveita todas as potencialidades que o Porto tem, para que possamos ter uma cidade viva, dinâmica e de justiça social.

QUEREMOS UM PORTO:

- **onde se preservem as comunidades locais, que recupere e repovoe o seu centro histórico**, criando as condições e as acessibilidades para que aí se possa viver, estudar e trabalhar. Um Porto onde a reabilitação urbana contribua para potenciar um mercado social de arrendamento e a habitação com rendas a custos controlados, apoiando a infraestruturização da cidade.
- **em que se reforce o investimento público** na reabilitação urbana, na requalificação dos bairros sociais e no aumento da oferta de habitação social.
- **onde existam incentivos, nomeadamente fiscais, para que a população e as empresas aí se fixem**. Um Porto que crie incentivos para atrair investimentos que sejam geradores de postos de trabalho.
- **que tenha na cultura, na criação artística e no seu património histórico e cultural um dos principais eixos de desenvolvimento**.
- **que requalifique e elimine as “cicatrices” deixadas pela VCI e pela Circunvalação**.
- **de cooperação intermunicipal**, com destaque para os concelhos vizinhos de Vila Nova de Gaia, Matosinhos, Gondomar e Maia, aproveitando todas as sinergias do ponto de vista económico, social e ambiental, para resolver problemas estruturais que afetam as suas populações e que extravasam a fronteira do município. Um Porto de coesão territorial e de ligação com os outros municípios, aproveitando os corredores ecológicos naturais e os cursos de água existentes.
- **de colaboração metropolitana**, capaz de ultrapassar as limitações dos órgãos metropolitanos atuais, desde logo através de uma plena legitimação democrática na sua eleição e constituição.
- **que dê voz ativa aos interesses da Região onde se insere**, que assuma o seu papel preponderante na Galiza e no noroeste peninsular, que seja capaz de recolocar no centro do debate político a criação de regiões administrativas.
- **onde se dê predominio ao transporte público**, se promova a interoperacionalidade da rede de transportes, utilizando todos os tipos de transporte público, do elétrico ao táxi. Um Porto de serviços públicos reforçados.
- **que estabeleça parcerias estratégicas com as suas forças vivas em benefício da cidade**, com o movimento cooperativo, os agentes culturais, a Universidade do Porto e o Instituto Politécnico do Porto, o movimento associativo popular, os clubes desportivos, as associações sectoriais, patronais e sindicais e as IPSS.
- **que articule e desenvolva a sua natural ligação com a Região Demarcada do Douro**.
- **inclusivo e de coesão social**, que responda as necessidades dos cidadãos portadores de deficiência.
- **onde o espaço público, os equipamentos públicos e seu usufruto sejam devolvidos aos portuenses**.
- **de ambiente sadio**, que estenda a sua mancha verde e arbórea, promova a eficiência energética e combata a poluição sonora, atmosférica e dos seus leitos de água.
- **combativo e lutador** contra políticas negativas contrárias aos interesses dos trabalhadores e das populações da cidade levadas a cabo por qualquer governo.

Este é o Porto de que precisamos.

Este é o Porto que queremos.

Este é o desafio que lançamos aos portuenses para mudar o Porto.

II

EIXOS PARA O DESENVOLVIMENTO

O **PROJETO DE DESENVOLVIMENTO DA CDU PARA O PORTO** assenta num modelo de desenvolvimento, cuja visão estratégica deverá estar inscrita num **plano estratégico municipal de médio e longo prazo**, que envolva os municípios vizinhos que nele queiram participar, que seja um instrumento de planeamento e orientação da intervenção da política e do investimento municipal, tendo por base a preservação do património municipal existente, um orçamento gerido por objetivos e o reforço da captação de recursos financeiros do orçamento de Estado e dos Fundos comunitários.

1.

COMBATER A DESERTIFICAÇÃO HUMANA E ECONÓMICA

COMBATER AS ASSIMETRIAS E A POLARIZAÇÃO DA CIDADE

PRESERVAR AS COMUNIDADES LOCAIS E RECUPERAR O CENTRO HISTÓRICO

REPOVOAR A CIDADE E PROMOVER O MERCADO SOCIAL DE ARRENDAMENTO

Combater as carências habitacionais, promover o Mercado Social de Arrendamento

- **Inverter a lógica da reabilitação urbana na cidade**, privilegiando pequenas intervenções e reforçando o investimento, em parceria com o movimento cooperativo, com vista a aumentar a oferta de habitação com custos e rendas controladas, utilizando o património edificado e terrenos da CMP;
- **Propor a modificação do capital social da Porto Vivo, SRU**, para que CMP detenha o capital maioritário e alteração do modelo de gestão, com vista a promover o mercado social de arrendamento, tendo como prioridade dar resposta às carências habitacionais das comunidades locais do centro histórico, o repovoamento e a reabilitação habitacional, em paralelo com a infraestruturização ao nível de acessibilidades, transportes públicos, equipamentos sociais, espaços verdes e espaços de usufruto público;
- **Propor como objetivo a atribuição de 30% do investimento público municipal para a reabilitação urbana da cidade** e reivindicar níveis adequados de financiamento público central e comunitário;
- **Utilização das denominadas «casas do património» da Câmara Municipal do Porto - CMP** para responder às situações de carência habitacional e aos pedidos de habitação, nomeadamente no centro histórico, privilegiando o realojamento nestas áreas;
- **Fazer regressar ao domínio municipal o património habitacional da Fundação para o Desenvolvimento da Zona Histórica do Porto**, a fim de providenciar habitação a custos e rendas controladas;

- **Aumentar a oferta de habitação social, repondo os 1.200 fogos demolidos** e criando uma ligação entre a demolição de bairros por motivo de custos de reabilitação à construção de habitação social moderna;
- **Reforçar o investimento na requalificação integrada dos Bairros Sociais**, criando áreas de reabilitação urbana por bairro, reivindicando todos os meios públicos disponíveis e já comprometidos pelo IHRU/Estado, propondo atingir níveis de 50% do investimento público municipal para esta área, priorizando a adaptação dos bairros sociais existentes às necessidades do século XXI, com a requalificação simultânea dos espaços envolventes, zonas verdes, estacionamento, acessibilidades viárias e pedonais, espaço público e equipamentos sociais, reforçando a integração dos bairros sociais na malha urbana da cidade;
- **Dar prioridade na requalificação dos bairros sociais que viram a intervenção de requalificação suspensa** (Lagarteiro, Santa Luzia, Aldoar, Contumil, Rainha D. Leonor e S. Roque da Lameira), aos blocos do Bairro Rainha D. Leonor, às moradias unifamiliares do Bairro S. João de Deus e ao bloco do Bairro S. Vicente de Paulo;
- **Utilizar o IMI com vista a criar incentivos ao arrendamento e à penalização das casas devolutas.** Aumentar a taxa de IMI em 20% para as casas que se encontrem devolutas/desocupadas e reduzir em 20% o IMI para casas reabilitadas a custos controlados pelo movimento cooperativo e as casas em que se tenha contratualizado com os senhorios privados rendas apoiadas. Redução adicional de 10% no IMI de casas arrendadas, nas freguesias do Porto em que o nível de arrendamento privado dos alojamentos familiares seja inferior à média da cidade;
- **Proceder a uma avaliação do impacto da isenção de IMI existente na zona histórica do Porto**, classificada património mundial, na política de reabilitação urbana;
- **Exigir junto do Governo a eliminação das isenções de IMI para fundos imobiliários**, a aprovação de legislação que permita uma penalização efetiva para prédios devolutos e em ruínas, e garantir como receita fiscal municipal as recentes penalizações adicionais de imobiliário de luxo feitas em sede de imposto de selo em vez de IMI;
- **Proceder a uma revisão das isenções de taxas ao nível do urbanismo**, com vista a estender as atuais reduções e isenções, não só para os prédios reabilitados para habitação própria e permanente, mas também para aqueles que são reabilitados para fins de arrendamento, para habitação própria e permanente de jovens casais;
- **Criar um plano tripartido para a requalificação e erradicação das “ilhas” de habitação**, envolvendo a CMP, as Juntas de Freguesia e os senhorios privados, tendo por base a atualização do estudo sobre as ilhas de 2001, utilizando todas as possibilidades de financiamento público ao nível central e comunitário; reabilitação da “ilha” municipal da Bela Vista;
- **Suspender a operação imobiliária do Aleixo**, para garantir que aí seja criado um bairro social de novo tipo, garantido aos atuais moradores a sua permanência, se assim o quiserem;
- **Resolver os direitos de superfície relacionados com os Bairros do SAAL existentes na cidade** e colaborar do ponto de vista técnico com as associações de moradores na reabilitação desses bairros;
- **Investir na reabilitação do Bairro dos CTT e do Bairro do Leal**, criando zona habitacional, de comércio e serviços;

Incentivar a fixação de população e empresas, investir e atrair investimento e reduzir a carga fiscal

- Reduzir a taxa do IMI para 0,35%, uma redução de 12,5% face à taxa máxima (0,4%) que está a ser aplicada;
- Reduzir a taxa da Derrama para as empresas com volume de negócios inferior a 150 mil euros para 1%;
- **Reduzir a participação fixa de IRS para 4%** (menos 1 ponto percentual), devolvendo 4 milhões de euros de rendimento às famílias e trabalhadores independentes, ligando esta taxa ao evoluir da carga fiscal em sede de Orçamento de Estado;
- **Criar no PDM zonas denominadas de «condomínios empresariais»**, de acordo com um planeamento estratégico de desenvolvimento local, com reduções e isenções de taxas e de impostos municipais, como a Derrama, a título definitivo ou temporário, assim como facilidades de licenciamento para as empresas que aí se instalarem, dando incentivos prioritários à instalação de pequenas indústrias compatíveis com o meio urbano, ligadas à reabilitação urbana da cidade e às antigas «artes» do Porto;
- **Criar um Balcão Único, onde quem queira instalar uma empresa na cidade possa obter toda a informação necessária**, nomeadamente dos incentivos existentes;
- **Investir na reconversão e eficiência energética dos edifícios municipais**, utilizando todas as possibilidades oferecidas pelos fundos comunitários, assim como incentivar, onde possível, as coberturas e fachadas verdes do edificado existente, incluindo o aproveitamento de coberturas para espaço público;
- **Investir na requalificação do Mercado do Bolhão**, garantindo financiamento comunitário, tendo por base o projeto da DRCN;
- **Investir na requalificação da frente ribeirinha**, estabelecendo um plano urbanístico, com vista a preservação do património cultural e natural existente, nomeadamente na escarpa das Fontainhas, garantindo a segurança e a renaturalização da escarpa, com a requalificação possível dos bairros atualmente existentes e assegurando uma resposta às necessidades de realojamento na área dos moradores, no intuito de preservar as comunidades locais.

Por uma política mais justa de habitação social e de resposta a situações de emergência social

- **Revogar o Regulamento de Gestão do Parque Habitacional do Município**, que limita o acesso à habitação social, possibilita transferências forçadas de moradores e promove os despejos;
- Criar um novo regulamento em que sejam garantidos os deveres e os direitos dos moradores e requerentes de habitação social, no sentido de garantir a transparência nos critérios de acesso à habitação social, nos prazos de resposta dos pedidos efetuados pelos moradores e um regime de rendas mais justo, possibilitando a fiscalização por parte da Assembleia Municipal (AM) e da Vereação;
- **Instaurar a figura do Provedor do Inquilino Municipal**, a ser eleito por maioria qualificada na Assembleia Municipal, com vista a receber as queixas dos moradores e dos requerentes de habitação social, servindo como instância de recurso;

- Aprovar os critérios de atribuição de uma habitação social e de transferência em sede de AM, com a duração de um mandato;
- **Reduzir a limitação de acesso a um pedido de habitação social a um período máximo de 4 anos**, permitindo que as pessoas que retornam a casa de familiares por motivos de assistência possam ao fim de 4 anos permanecer nessa casa, assim como alterar a política de inscrições referentes a filhos e netos;
- **Fixar um conjunto de casas da CMP, para serem um núcleo habitacional de resposta temporária a situações de emergência social**, como catástrofes, violência doméstica e outras situações protocoladas com a Segurança Social; avaliar a utilização do Bairro dos CTT para estes fins;
- **Reforçar o número de assistentes sociais no terreno**, criando comissões multidisciplinares de acompanhamento e resposta social, para garantir um acompanhamento adequado das famílias em situação de fragilidade social nos bairros municipais, com vista a responder a situações de emergência social, promover a integração e reinserção social;
- **Elaborar um relatório anual sobre a situação habitacional e social dos bairros municipais**, tendo em conta a utilização da informação recolhida pela Domus Social, junto dos inquilinos municipais;

2.

ACABAR COM A CRISPAÇÃO

TRABALHAR EM CONJUNTO COM AS FORÇAS VIVAS DA CIDADE

ESTABELECE PARCERIAS ESTRATÉGICAS

- Com o **movimento cooperativo**, no sentido deste se tornar o parceiro estratégico da reabilitação urbana na cidade, nomeadamente ao nível do Porto Vivo, SRU. Estabelecer parcerias no sentido de aumentar a oferta de casas a custos e rendas controladas, privilegiando o arrendamento, nomeadamente na zona do centro histórico e na zona oriental da cidade, utilizando para isso o património da CMP;
- Com a **Universidade do Porto e o Instituto Politécnico do Porto**, para garantir a focalização da investigação e conhecimento produzido em áreas vitais da cidade, nomeadamente ao nível do urbanismo, transportes, energia, ambiente, saúde pública e nas questões sociais. Criar um conjunto de bolsas de investigação financiadas pela CMP, de duração bianual, com vista a incentivar essa investigação. Facilitar o acesso do acervo e arquivo da CMP aos investigadores de entidades públicas. Protocolar a existência de um conjunto de estágios curriculares nos serviços da CMP. Utilizar o património da CMP no centro histórico para criar residências universitárias de dimensão reduzida para estudantes e investigadores, para responder às necessidades dos estudantes e investigadores deslocados e potenciar o repovoamento do centro histórico. Abrir a Universidade e os Institutos à população, protocolando a existência de serviços de natureza educativa e social, em escolas e bairros sociais, por exemplo, o acesso a serviços universitários, como bibliotecas ou uso de tecnologias da informação. Criar planos de enquadramento urbanísticos para os polos universitários, nomeadamente o Pólo 2 da Asprela, com vista a unificar o espaço e garantir zonas verdes, valências de transportes públicos e acessibilidades, assim como zona habitacional e de comércio e serviços, para garantir a sua integração e dinamização;
- Com os **agentes culturais locais**, de forma a promover a criação e divulgação artística, tornando a Cultura um dos eixos prioritários de desenvolvimento económico e social da cidade; garantir a existência de um Pelouro da Cultura com capacidade de programação própria, disponibilizando os equipamentos e infraestruturas, como o Teatro Municipal Rivoli e o Teatro do Campo Alegre, em colaboração e articulação com os agentes culturais do Porto e as suas escolas de ensino artístico. Garantir dotações de pelo menos 1% do orçamento municipal para afetar a investimentos na criação e divulgação artística. Dinamizar e coordenar um vasto programa municipal, «*O Porto, Cidade da Cultura*», com uma dotação anual de 1,5 milhões de euros, para contratualizar apoios com a duração de um mandato, com vista a apoiar a criação e divulgação artística de agentes culturais locais e financiar e atrair festivais de cariz nacional e internacional, assegurando que uma parte significativa desses meios financeiros, em torno dos 25%, será preferencialmente destinada a apoiar agentes e projetos culturais emergentes e sem outros apoios públicos. Garantir a requalificação do Quartel de S. Brás como a «*Casa de todas culturas, todas artes*», para aí se poderem sedear as mais diversas associações de cariz cultural, artístico, na área do cinema ou e do multimédia, assegurando a estas entidades condições adequadas para a criação artística, incluindo a existência de um primeiro palco de

experimentação. Dinamizar uma política ativa de promoção do cinema e do cineclubismo, criando incentivos ao desenvolvimento de uma indústria cinematográfica e do audiovisual no Porto, e procurando preservar as salas de cinema da Cidade;

- Com o **movimento associativo popular**, no sentido de promover a integração social e o acesso ao desporto, cultura e recreio. Criar um Pelouro com a responsabilidade do associativismo e do cooperativismo, que permita uma articulação direta com as instituições e os representantes do movimento associativo. Criar o programa «*Associativismo Vivo, Porto Vivo*», com uma dotação orçamental de 600 mil euros anuais, através do qual as coletividades se poderão candidatar a apoios com a duração de um mandato, como contrapartida de serviços que prestem às comunidades locais. Utilizar o património edificado da CMP para dar resposta a situações em que associações perderam a sua sede ou esta não responde ao desenvolvimento cabal da sua atividade estatutária. Promover o associativismo, nomeadamente a criação de associações de moradores em bairros sociais;
- Com os **clubes desportivos**, com vista à promoção do desporto. Definir um plano estratégico, em colaboração com os clubes desportivos da cidade, com vista a avaliação dos equipamentos desportivos existentes e necessidades de investimento subjacentes e de racionalização da rede existente, de forma a melhorar a oferta e o acesso aos mesmos, com vista a promover a prática desportiva. Garantir um programa de investimento na requalificação de equipamentos desportivos, em troca de protocolos de acesso à prática desportiva de cidadãos carenciados ou com necessidades especiais, ou como contrapartida da promoção da prática de novas modalidades amadoras;
- Com as **associações sectoriais, patronais e sindicais** com o intuito de promover o desenvolvimento económico e social, promovendo a existência de um Conselho Económico e Social do Porto que permita a auscultação sistemática destas entidades e que reúna semestralmente.
- Com as **associações de comerciantes**, no sentido de protocolar medidas de incentivo ao comércio tradicional, nomeadamente na zona da Baixa, da Foz e do Centro Histórico, ao nível da utilização dos parques de estacionamento municipais, de isenção/redução de taxas municipais, da utilização de transportes públicos dedicados e a criação de formas de fidelização ao comércio tradicional da cidade;
- Com as **associações de turismo**, no contexto de uma política estratégica e integrada de turismo, no sentido de promover a marca Porto e sua internacionalização, reforçando os meios financeiros do Departamento Municipal de Turismo para esse efeito e tendo uma estratégia de captação de eventos nacionais e internacionais para a cidade;
- Com as **associações ambientalistas e de proteção dos direitos dos animais**, no sentido de dinamização de projetos de sinalização de áreas naturais e fauna existente, reforçar sistemas de alerta de problemas ambientais e reforçar programas de educação ambiental, utilizando para o efeito os parques existentes na cidade, e garantindo uma reunião trimestral do Conselho Municipal do Ambiente;
- Com as **associações de ação social e IPSS**, no sentido de promover a resposta a situações de emergência social, nomeadamente do ponto de vista de centralização de resposta num Pelouro de Ação Social, contribuindo este como agente facilitador de licenciamentos e do uso do património edificado municipal;
- Com a **APDL**, no sentido de garantir a requalificação na frente ribeirinha e marítima da cidade, garantindo a segurança do seu usufruto e a disponibilização de um número de linguetas de atracagem capaz de dar resposta à procura de embarcações.

3.

ROMPER OBSTÁCULOS E MELHORAR A MOBILIDADE

REFORÇAR O TRANSPORTE PÚBLICO

- **Recusar a privatização/fusão da STCP e do Metro do Porto.** Continuar a defender a expansão da rede de Metro do Porto junto à administração central.
- **Reforçar a interoperacionalidade da rede de transportes públicos do Porto,** dos vários tipos de transporte coletivo (metro, elétrico, ferroviário e rodoviário) e dos tarifários existentes, numa lógica metropolitana, no sentido de promover o transporte público e reduzir o tráfego automóvel;
- **Garantir que dotações em torno dos 10% do investimento municipal sejam orientadas para a política de mobilidade** e para o reforço do uso do transporte público na cidade, nomeadamente para melhorar as acessibilidades, reivindicando junto do estado as suas responsabilidades onde devidas e a captação de investimento público central e comunitário;
- **Modificar o perfil da Estrada da Circunvalação,** transformando-a numa grande avenida de ligação do Porto com os municípios vizinhos, num projeto conjunto que envolva esses municípios e a Estradas de Portugal. Defender o estabelecimento de um corredor central verde contínuo, de utilização pedonal; a criação de um viaduto cruzado na rotunda AEP com vista a melhorar a circulação norte-sul e o acesso da A28; a criação de uma ciclovia desde a Rotunda da Areosa à Praça da Cidade do Salvador; a criação, nas zonas laterais, dos acessos de transportes públicos e estacionamento e a instalação de praças de táxis na zona das rotundas (Areosa, Cidade do Salvador e Freixo);
- **Modificar o perfil da VCI,** aumentando o número de locais de atravessamento superior e defendendo que a Estradas de Portugal, em colaboração com a Câmara, desenvolva uma solução que concretize a inserção parcial desta Via em túnel, mormente em algumas das zonas estratégicas, como por exemplo, a Prelada. Construir na parte superior destas zonas em túnel da VCI novas ligações viárias, ciclovias e pedonais que permitam minorizar as consequências resultantes da fratura criada pela construção desta via rápida no tecido urbano da Cidade. Estabelecer saídas de emergências e de retorno na VCI;
- **Intervir junto da STCP para aumentar o serviço e número de carreiras** com vista a garantir a cobertura radial de transportes da cidade e estudar a possibilidade da introdução de tróleys em algumas carreiras;
- **Aumentar o número de corredores bus dedicados;**
- **Investir na abertura do Túnel da Alfândega,** em colaboração com a STCP ou a REFER, no sentido de garantir uma ligação com material circulante ligeiro rápido entre Campanhã e o Centro Histórico.
- **Apostar na expansão da rede de elétricos como meio de transporte alternativo** e compatível com a circulação rodoviária. Investir, em colaboração com a STCP, na extensão da linha de elétricos existentes, nomeadamente a Linha 1 do Passeio Alegre-Infante, até ao Castelo do Queijo, cumprindo o que está previsto no Plano Diretor Municipal PDM e à Batalha, pela Rua Mouzinho da Silveira, para depois completar a frente ribeirinha, ligando Matosinhos-Sul/Leixões a Gondomar. Investir igualmente na ligação entre Matosinhos-Sul e a Praça de Mouzinho de Albuquerque, por via dedicada. Garantir a ligação da Linha 18 de elétricos à Rua de Cedofeita. Estudar a utilização de elétricos rápidos com via dedicada na cidade como resposta de transporte público para a cidade.

- **Garantir que 5% do investimento público municipal é orientado para um plano parcelar de recuperação de arruamentos interiores** e para melhorar a circulação entre a cota alta e a cota baixa da Cidade.
- **Investir em meios mecânicos elevatórios que permitam garantir maior mobilidade dos portuenses entre a cota baixa e a cota alta da cidade**, nomeadamente a ligação de S. Pedro de Miragaia aos passeios das Virtudes e requalificando o elevador da Lada;
- **Investir, em colaboração com a REFER, a CP e municípios vizinhos, no melhor aproveitamento da Linha de Leixões**, reabrindo-a ao transporte de passageiros; estabelecendo uma ligação entre esta ligação ferroviária e o término da linha amarela do Metro no Hospital de S. João, o que permitiria projetar uma nova centralidade e reforçar as ligações desta zona do Porto, a Matosinhos, Maia e Valongo;
- **Completar a ligação viária entre a Rotunda do Bessa e o túnel da Rua Frederico Ozanam**, para melhorar a circulação viária na cidade e retirar tráfego da zona industrial do Porto;
- **Reavaliar a circulação viária das ruas do Porto**, no sentido da sua maior otimização, do ponto de vista de redução dos congestionamentos;
- **Rejeitar a privatização do estacionamento na via pública** e reduzir os elevados custos de estacionamento na cidade, sem deixar de ter uma política integrada do uso da rede de parómetros e da política de mobilidade, com vista a incentivar o uso de transporte público;
- **Reivindicar junto do Estado a responsabilidade na reabilitação e conservação do tabuleiro inferior da Ponte Luiz I** (Estradas de Portugal), Ponte Maria Pia (REFER) e Ponte do Infante (REFER), garantindo uma solução para o aproveitamento do tabuleiro da ponte Maria Pia, em colaboração com Vila Nova de Gaia;

4.

REFORÇAR OS SERVIÇOS PÚBLICOS

REMUNICIPALIZAR

VALORIZAR OS TRABALHADORES MUNICIPAIS

- **Reivindicar face à administração central e demais entidades públicas competentes o reforço da rede de serviços públicos** e obstaculizar tentativas de desmantelamento dos mesmos, nomeadamente na área da educação, da saúde, da segurança, dos transportes, dos impostos, da segurança social e dos correios;
- **Defender a existência de uma segunda Loja do Cidadão no Porto**, devendo a sua localização ser estudada de acordo com as necessidades de desenvolvimento local e de maior taxa de cobertura de utentes;
- **Revogação da atual concessão da limpeza urbana**, reforçando o investimento no parque de viaturas de recolha de resíduos, nos equipamentos e materiais existentes e nas condições de trabalho dos cantoneiros, com incorporação imediata dos trabalhadores cedidos às empresas concessionárias;
- **Rejeição da privatização da empresa municipal Águas do Porto** e sua remunicipalização;
- **Extinção da empresa municipal Porto Lazer e fusão das empresas municipais GOP/Domus Social**, com vista à sua remunicipalização, substituindo no curto prazo a delegação de competências existentes no domínio da habitação social por um novo regulamento de gestão do parque habitacional do município;
- **Extinção da Fundação Porto Social** e passagem das competências respetivas para um novo Pelouro da Ação Social na macroestrutura da Câmara;
- **Rever de forma sustentável todas as taxas de serviço público**, no sentido da sua redução para as camadas da população em maior risco de fragilidade social, garantindo que cada família tenha acesso gratuito a número de m³ de água a definir;
- **Valorizar os trabalhadores municipais para reforçar o serviço público**, aproveitar os recursos existentes para internalizar valências que hoje se encontram externalizadas e investir na melhoria das condições de trabalho dos trabalhadores municipais, nomeadamente ao nível de balneários, vestuários, espaço de lazer e cantinas, garantindo o financiamento adequado das caixas de reformas e dos centros culturais e desportivos existentes.
- **Elaborar um plano de ação faseado, que tenha como objetivo a conservação e reabilitação do edificado da Rede Municipal de Estabelecimentos de Ensino**, de forma a assegurar a sua melhoria construtiva, a eficiência energética e a requalificação dos seus espaços exteriores. Avaliar a cobertura destes equipamentos perante a necessidade das famílias.
- **Reivindicar face à Administração Central maiores apoios para a melhoria do funcionamento dos Jardim-de-infância e Escolas Básicas do 1º ciclo**, de forma a garantir o número suficiente de assistentes operacionais nos estabelecimentos, a existência nas escolas de equipas multidisciplinares

de assistentes sociais, psicólogos, entre outros profissionais, preparadas para detetar situações de carências sociais das crianças e respetivas famílias e agir em tempo útil em casos de urgência na supressão das mesmas,

- **Reivindicar face à Administração Central que a Segurança Social continue a assegurar e alargar a cobertura de serviços públicos sociais de Creches, Centros de Dia, Lares de Idosos**, bem como outros serviços de apoio às famílias e à 3.^a idade, colmatando as necessidades da população fustigada pelo agravamento das condições sociais e que encontra cada vez maiores dificuldades no acesso aos serviços públicos e a garantias sociais básicas. Prevenir situações como a que se verifica no Abrigo dos Pequeninos, no Bonfim, que apesar do largo número de utentes, foi encerrado e sugerido às famílias a colocação das crianças num colégio da Santa Casa da Misericórdia, com preços para a maioria inacessíveis e sem apoios garantidos. Neste âmbito, assumimos o compromisso de combater quaisquer tentativas de transferências de meios e equipamentos da Segurança Social para instituições privadas ou IPSS contrárias ao reforço dos serviços públicos.

5.

DINAMIZAR A CIDADE

DEVOLVER O USFRUTO DA CIDADE AOS PORTUENSES

AUMENTAR A MANCHA VERDE, CONTRIBUIR PARA UM AMBIENTE SADIO

- **Apostar na reabilitação e na criação de espaços para usufruto público, numa lógica de integração da malha urbana;** providenciar um melhor ambiente e ocupação sadia dos tempos livres, tendo como principal elemento a extensão da mancha verde da cidade e a sua renaturalização; valorizar e preservar o património humano, cultural e natural, assim como a paisagem urbana, aproveitando os corredores ecológicos naturais (zonas verdes e cursos de água) para romper os obstáculos existentes na malha urbana, potenciando a ligação com municípios vizinhos e integrando equipamentos sociais e núcleos habitacionais. Aposta esta que deveria formalizar-se nas ferramentas de planeamento urbano atuais, como Planos de Pormenor e PDM, sempre inseridos no Plano Estratégico Municipal que defendemos para a Cidade, com vista a reduzir a pressão urbanística e a impermeabilização dos solos, com o objetivo a médio e a longo prazo, de:
 - Concluir o Parque Oriental, completando o seu projeto original, incluindo a sua possível extensão para o ligar a Gondomar;
 - Integrar a zona das Sobreiras, o Parque da Pasteleira, Parque da Cidade, com possível ligação ao Parque do Real em Matosinhos;
 - Integrar da Zona de S. Mamede de Infesta e da A3, tendo por base a criação de um Parque na Asprela;
 - Integrar o Parque de S. Roque/Complexo Monte Aventino/Praça Velasquez até à Praça da Corujeira;
 - Integrar a mancha verde dos jardins da Palácio de Cristal até ao Campo do Rou;
- **Promover a renaturalização, requalificação e despolição dos cursos de água;**
- **Promover uma política de dinamização dos parques e jardins,** criando dinâmicas de ligação com as comunidades locais, com o reforço de equipamentos existentes, a promoção de feiras de diversos tipos e da prática desportiva. Garantir o aproveitamento do Parque de S. Roque e do Parque da Pasteleira e do seu edificado, mormente com a transformação em Casa da Juventude e extensão da Biblioteca Municipal do palacete devoluto do Parque de S. Roque e a reinstalação do antigo salão de chá no Parque de Pasteleira, vocacionado para uma vertente cultural e de espetáculos ao ar livre;
- **Estender a mancha verde do Parque da Cidade e obstaculizar qualquer construção na sua margem,** criando as condições para a extensão do Parque da Cidade ao Parque do Real em Matosinhos, através de uma via aérea ajardinada, com ciclovia e via pedonal;
- **Completar o projeto do Parque Oriental,** garantido a extensão deste corredor verde da bacia de

Campanhã até Gondomar e integrando os núcleos habitacionais, nomeadamente do Pego Negro, contribuindo também para a requalificação, despoluição e renaturalização do Rio Tinto, criando eventos para promover o seu usufruto, garantindo a sinalética necessária e adequada acessibilidade com transportes públicos;

- **Requalificar o Palácio de Cristal e os jardins envolventes**, dinamizando os equipamentos existentes;
- **Reabilitar e aumentar o número de pequenos jardins de proximidade e de parques infantis**, nomeadamente através do reforço dos parques infantis nos bairros sociais;
- **Garantir que 2,5% das dotações do orçamento municipal afetas ao investimento municipal são orientadas para equipamentos sociais de proximidade**, como pequenos jardins e parques infantis;
- **Promover a extensão da rede de hortas urbanas municipais**, nomeadamente no Centro Histórico e nos bairros municipais, tendo como objetivo instalar uma horta urbana em cada bairro municipal;
- **Promover uma política de esterilização de animais abandonados** recolhidos pelos serviços municipais, em substituição do abate, promovendo em colaboração com o movimento associativo campanhas de adoção de animais abandonados;
- **Promover a remoção de obstáculos urbanos à circulação pedonal**, nomeadamente o rebaixamento de passeios em zonas de passadeiras, com vista a melhorar o usufruto do espaço público por parte de cidadãos com mobilidade reduzida ou portadores de deficiência;
- **Trazer o Mercado Ferreira Borges de volta à esfera municipal**, potenciando a utilização deste equipamento para feiras e mostras de produtos locais e regionais, com carácter de regularidade, incluindo a vertente de mercado de frescos;
- **Requalificar e completar o projeto dos Caminhos do Romântico**, incluindo a vertente habitacional;
- **Renegociar a concessão existente para garantir a gestão pública do Solar do Vinho do Porto**, num projeto de parceria com o Instituto dos Vinhos do Douro e Porto, IVDP e a Escola de Turismo;
- **Dinamizar a realização de um Festival do Douro**, para promover o Vinho do Porto e o Douro, em cooperação com o município de Vila Nova de Gaia e demais municípios da região demarcada;
- **Estabelecer uma Feira Renascentista e Medieval na zona da Ribeira/Barredo**, com vista a promover a história e o património cultural da cidade, em parceria com a restauração, o comércio local, agentes culturais e o movimento associativo;
- **Estabelecer uma Feira de Artesanato e de Artes no «Castelo da Foz»**, integrando os estabelecimentos comerciais da Rua Senhora da Luz, em colaboração com o Ministério da Defesa e o comércio local;
- **Estabelecer ciclos regulares anuais de mostras gastronómicas**, com roteiro próprio e promoção nacional e internacional, espalhado pelas freguesias do Porto, em colaboração com as associações representativas do sector da restauração;
- **Promover o turismo de negócios e académico**, em parceria com as associações empresariais, e com a Universidade do Porto e o Instituto Politécnico do Porto, nomeadamente na captação para a

- cidade de eventos e congressos de carácter científico, tecnológico e educativo, nacionais e internacionais;
- **Editar um roteiro cultural, com percursos das obras arquitetónicas de relevo na cidade**, em parceria com a Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto;
 - **Promover a existência de feiras e certames de mostra de produtos locais e regionais;**
 - **Investir na criação de um centro de congressos para eventos de grande dimensão na zona oriental da cidade;**
 - **Investir na sinalética identificativa do património cultural e natural e acessibilidades/transportes públicos;**
 - **Estabelecer uma rede municipal de centros interpretativos junto dos principais monumentos e zonas históricas da cidade**, como forma de valorização do património cultural e natural, aproveitando património municipal hoje sem utilização, como a Torre do Barredo ou a Torre da Sé, na Casa dos 24:
 - **Estabelecer roteiros turísticos próprios para cada freguesia do Porto, com divulgação impressa e digital;**
 - **Aumentar a rede de postos de informação turística na cidade**, nomeadamente na frente ribeirinha;
 - **Promover a requalificação e preservação de fontes e fontanários, assim como miradouros públicos**, dando prioridade à abertura de um miradouro no Monte da Lapa, integrado num programa de reabilitação urbanística desta zona;
 - **Investir no aumento de rede de casas de banho pública e bebedouros de água no espaço público;**
 - **Organizar uma biblioteca municipal itinerante** para permitir a fruição da leitura e conteúdos multimédia, nomeadamente em zonas mais carenciadas e de maior fragilidade social;
 - **Investir na promoção da rede de bibliotecas municipais e nos museus e núcleos museológicos da cidade**, no sentido da promoção da sua fruição e dinamização;
 - **Concretizar o projeto que Siza Vieira elaborou para a construção de uma Cafeteria no Jardim da Rotunda da Boavista** (Praça Mouzinho de Albuquerque), através de um concurso público para a construção-exploração de um equipamento que possa vir a ser um elemento de atratividade e fixação dos milhares de pessoas que passam nesta zona e constituir um apoio essencial a uma programação de eventos culturais a terem lugar neste jardim;
 - **Investir na segurança da marginal fluvial e no aumento das linguetas de atracagem de embarcações ao Douro**, em colaboração com a APDL;
 - **Investir na requalificação da marginal do Foz do Douro e de Nevogilde**, nomeadamente o passadiço na zona balnear e zonas verdes;
 - **Planear as zonas de animação noturna, utilizando o licenciamento** (nomeadamente ao nível de horários), as taxas e impostos como ferramentas de incentivo à fixação em determinada zona da cidade;
 - **Intervir na zona delimitada de animação noturna da baixa cidade do Porto** (denominada

«Movida»), no sentido de reduzir o ruído, aumentar a limpeza das ruas e regular o estacionamento, reforçando a fiscalização e o valor das coimas. Estabelecer, para novos licenciamentos de estabelecimentos na zona, o horário de encerramento das 24h, podendo esse horário ser alargado de acordo com o cumprimento de regras estabelecidas para essa zona. Rever todos os pedidos de alargamento de horários concedidos.

6.

REFORÇAR A COOPERAÇÃO INTERMUNICIPAL

COM VILA NOVA DE GAIA, MATOSINHOS, MAIA E GONDOMAR

AFIRMAR O PORTO NO CONTEXTO METROPOLITANO, REGIONAL E NACIONAL

AVANÇAR PARA A CRIAÇÃO DAS REGIÕES ADMINISTRATIVAS

- **Promover e reforçar a cooperação intermunicipal**, nomeadamente com os municípios vizinhos de Vila Nova de Gaia, Matosinhos, Maia e Gondomar, com vista a aproveitar todas as sinergias do ponto de vista económico, social e ambiental e resolver os problemas que afetam as populações. Neste âmbito, podem constituir exemplos de colaboração a resolução de limitações ao nível das acessibilidades, como é o caso da Estrada da Circunvalação, da rede de transportes públicos, como o Metro, a Ferrovia, os autocarros e o elétrico, e, ao nível ambiental, a despoluição de cursos de água, como Rio Tinto e Rio Torto, e a extensão das manchas verdes do Parque da Cidade e do Parque Oriental;
- **Estabelecer reuniões semestrais com os municípios vizinhos e reforçar a captação para projetos conjuntos de financiamento público nacional e comunitário;**
- **Estabelecer uma comissão intermunicipal permanente com o município de Vila Nova de Gaia**, para promover o Rio Douro e o Vinho do Porto e estabelecer protocolos conjuntos de cooperação, por exemplo ao nível da conservação do estuário do Douro;
- **Reforçar a colaboração metropolitana**, contribuindo para ultrapassar as limitações dos órgãos metropolitanos atuais, nomeadamente ao nível da Área Metropolitana do Porto;
- **Reafirmar o papel do Porto**, como ponto de entrada da região Norte e da Região Demarcada do Douro, reforçando as sinergias económicas com os municípios vizinhos, nomeadamente com os parques industriais da Maia e Gondomar;
- **Ter uma CMP reivindicativa e combativa contra os ataques ao Poder Local democrático**, nomeadamente ao nível do seu financiamento e competências, ao investimento público, aos serviços públicos e à democracia local feitos por qualquer governo. Uma CMP que dê voz ao Porto e exija o cumprimento de todos os compromissos do Estado para com o Porto;
- **Insistir na Regionalização**, como forma de promover o desenvolvimento regional e de atender de forma mais eficaz aos problemas que afetam as populações. Adotar iniciativas que permitam relançar o debate em torno de criação das regiões e fazer avançar esta reforma administrativa prevista na Constituição da República;
- **Reafirmar o poder local democrático contra os rearranjos do mapa autárquico imposto pelo governo PSD/CDS ao nível da extinção de freguesias;**
- **Integrar a Rede Portuguesa de Cidades Saudáveis.**

•
•



Estes são os elementos centrais do projeto de desenvolvimento da CDU para a cidade do Porto. O Porto vivo, dinâmico, verde e de justiça social que precisamos e queremos, pelo qual vale a pena lutar. A CDU tem uma visão, um projeto e propostas para o Porto. Um Porto de Abril. Está nas nossas mãos a sua concretização. Sim, é possível uma vida melhor. Sim, existem alternativas. Juntem-se a nós, juntos vamos mudar o Porto, com confiança numa vida melhor.

